



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

A SUA EXCELÊNCIA
A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

N.º único 1113088

N/Referência: 168 /10ª CSST/2012

Data: 25-09-2012

ASSUNTO: Envio do Relatório de Atividades relativo à 1ª Sessão Legislativa da XII Legislatura

Nos termos regimentais aplicáveis, junto se remete a Vossa Excelência o **Relatório de Atividades da Comissão Parlamentar de Segurança Social e Trabalho**, relativo ao período de **06 de julho de 2011 a 14 de setembro de 2012**, da **1ª Sessão Legislativa da XII Legislatura**, aprovado por unanimidade na reunião realizada por esta Comissão no dia **18 de setembro de 2012**.

Com os melhores cumprimentos, *de elevada estima*

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

José Manuel Canavarro



Relatório de Atividades

XII Legislatura

1.ª Sessão Legislativa

Este relatório de atividades foi aprovado por unanimidade na reunião de 18 de setembro de 2012.

ÍNDICE

1. Introdução	3
2. Organização interna	3
3. Reuniões	5
4. Iniciativas legislativas	7
5. Iniciativas europeias	8
6. Outros pareceres/relatórios	8
7. Petições.....	8
8. Audições.....	8
9. Audiências.....	9
10. Eventos	9
11. Deslocações/ Representações	10
12. Requerimentos dos Grupos Parlamentares.....	11

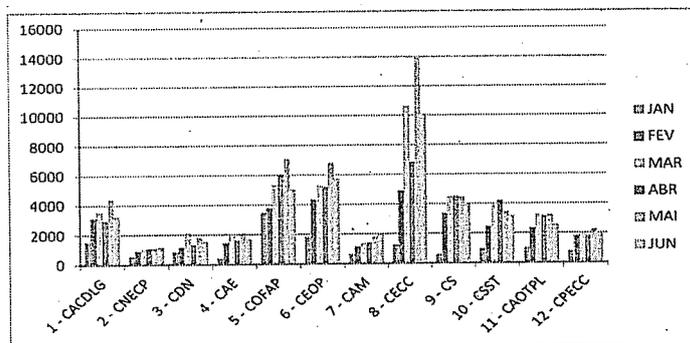
1. Introdução

O presente Relatório de Atividades apresenta, de uma forma abreviada, o trabalho desenvolvido pela Comissão de Segurança Social e Trabalho (CSST) no decurso da 1.^a Sessão Legislativa da XII Legislatura - desde a data da respetiva instalação, ocorrida a 6 de julho de 2011, até 14 de setembro de 2012 -, na sequência das prioridades estabelecidas no Plano de Atividades aprovado, e de iniciativas supervenientes dos grupos parlamentares, promovidas no âmbito do seu poder de iniciativa.

No uso das suas atribuições, compete em especial à Comissão exercer as suas competências e controlo político nas áreas do trabalho, das políticas de emprego e formação profissional, no regime jurídico de emprego público e no regime de proteção social e aposentação da função pública em articulação com a 5.^a Comissão (Comissão de Orçamento e Finanças e Administração Pública) que prevalece nas matérias respeitantes à Administração Pública; e ainda nas áreas relativas à Segurança Social; à Segurança e Saúde no Trabalho; à Família; à Solidariedade; às Pessoas com deficiência; à Proteção das crianças e jovens em risco em matérias relacionadas com a segurança social, sem prejuízo da necessária articulação com a 1.^a Comissão (Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias).

De salientar que da página internet da Comissão consta informação relevante sobre a atividade desenvolvida pela Comissão, o que permite uma maior aproximação ao cidadão. De acordo com o expresso na mensagem de boas vindas do Presidente: *“O nosso trabalho é empreendido para os cidadãos e queremos ouvi-los. (...) Esta plataforma de comunicação, que está a utilizar para nos visitar, corresponde a uma vontade do Parlamento para comunicar de forma célere com os cidadãos. Dá-se assim corpo a uma interação renovada que a tecnologia permite nos nossos tempos e que acentua a democracia enquanto prática continuada da relação desta instituição com as pessoas.”*

O quadro infra permite aferir o número de visitas registadas na página internet da Comissão durante os primeiros seis meses, que foram respetivamente: **976** (janeiro), **2463** (fevereiro), **3917** (março), **4214** (abril), **3433** (maio) e **3176** (junho):



2. Organização interna

A 6 de julho de 2011 foi eleita a Mesa da Comissão, constituída pelo Presidente, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), pelo 1.^o Vice-Presidente, Deputado Mário Ruivo (PS) e pelo

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

2.º Vice-Presidente, Deputado Jorge Machado (PCP). A Comissão é constituída por **21 Deputados Efetivos** e **20 Deputados Suplentes**, dos quais 10 do PSD, 7 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PCP, e 1 do BE, assim discriminados:

Nome	Grupo Parlamentar	Tipo	Cargo
<u>José Manuel Canavarro</u>	PSD	Efetivo	Presidente
<u>Mário Ruivo</u>	PS	Efetivo	Vice-Presidente
<u>Jorge Machado</u>	PCP	Efetivo	Vice-Presidente
<u>Adão Silva</u>	PSD	Efetivo	
<u>Adriano Rafael Moreira</u>	PSD	Efetivo	
<u>Arménio Santos</u>	PSD	Efetivo	
<u>Clara Marques Mendes</u>	PSD	Efetivo	
<u>Joana Barata Lopes</u>	PSD	Efetivo	
<u>João Figueiredo</u>	PSD	Efetivo	
<u>Maria das Mercês Borges</u>	PSD	Efetivo	
<u>Pedro Roque</u>	PSD	Efetivo	
<u>Teresa Costa Santos</u>	PSD	Efetivo	
<u>Idália Salvador Serrão</u>	PS	Efetivo	
<u>João Paulo Pedrosa</u>	PS	Efetivo	
<u>Miguel Laranjeiro</u>	PS	Efetivo	
<u>Nuno Sá</u>	PS	Efetivo	
<u>Sónia Fertuzinhos</u>	PS	Efetivo	
<u>Vieira da Silva</u>	PS	Efetivo	
<u>Artur Rêgo</u>	CDS-PP	Efetivo	
<u>Inês Teotónio Pereira</u>	CDS-PP	Efetivo	
<u>Mariana Aiveca</u>	BE	Efetivo	
<u>Andreia Neto</u>	PSD	Suplente	
<u>Conceição Bessa Ruão</u>	PSD	Suplente	
<u>Emília Santos</u>	PSD	Suplente	
<u>Laura Esperança</u>	PSD	Suplente	
<u>Margarida Almeida</u>	PSD	Suplente	
<u>Maria Conceição Pereira</u>	PSD	Suplente	

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

<u>Mário Simões</u>	PSD	Suplente
<u>Nilza de Sena</u>	PSD	Suplente
<u>Odete Silva</u>	PSD	Suplente
<u>Hortense Martins</u>	PS	Suplente
<u>Inês de Medeiros</u>	PS	Suplente
<u>Isabel Santos</u>	PS	Suplente
<u>Luísa Salgueiro</u>	PS	Suplente
<u>Maria Helena André</u>	PS	Suplente
<u>Pedro Jesus Marques</u>	PS	Suplente
<u>Rui Jorge Santos</u>	PS	Suplente
<u>João Pinho de Almeida</u>	CDS-PP	Suplente
<u>Raúl de Almeida</u>	CDS-PP	Suplente
<u>Francisco Lopes</u>	PCP	Suplente
<u>Luís Fazenda</u>	BE	Suplente

Dos grupos parlamentares foram designados coordenadores os Deputados:

- Maria das Mercês Borges (PSD);
- Miguel Laranjeiro (PS);
- Artur Rêgo (CDS-PP);
- Jorge Machado (PCP) e
- Mariana Aiveca (BE).

Durante este período funcionaram os seguintes Grupos de Trabalho, podendo a composição de cada um dos grupos de trabalho ser consultada nas seguintes ligações:

Grupo de Trabalho – Audiências – 10.^a Comissão;

Grupo de Trabalho – Economia Social e

Grupo de Trabalho – Antecipação da idade de reforma para trabalhadores com deficiência visual PJI 66/XII 1.^a (BE) [Encerrado]

3. Reuniões

Durante o período em análise, a Comissão de Segurança Social e Trabalho realizou um total de 82 reuniões, das quais 72 foram reuniões ordinárias, 9 foram reuniões extraordinárias e 1 visita, assinaladas no quadro infra:

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Mês	Dia	Total
julho de 2011	6, 12, 19, 26 e 28 (ext.)	5
agosto de 2011	4, 23, 24, 30 e 31 (ext.)	5
setembro de 2011	7, 14, 21 e 27	4
outubro de 2011	7, 13, 18, 25, 25 (visita), 26 e 28	7
novembro de 2011	3, 14, 15, 21 e 29	5
dezembro de 2011	6, 7 (ext), 14, 16, 20 e 21 (ext)	6
janeiro de 2012	4, 6 (ext.), 10, 11, 18, 25 e 31	7
fevereiro de 2012	8, (15 – 2X), 21 e 29	5
março de 2012	6, 14, 21 e 28	4
abril de 2012	3, 4, 11, 12 (ext.), 19, 20, 26, e 27	8
maio de 2012	2, 3, 8, 16, 23, 24 e 30	7
junho de 2012	5, 8 (ext.) (12 – 2X), 19, 20, 21 e 27	8
julho de 2012	4, 10, 11 (ext.), (17 – 2X), 8 (2x), 19 (ext.) e 30	7
setembro de 2012	5 e 11	2
TOTAL		82

As respetivas atas encontram-se disponíveis na página da Comissão para consulta.

Apresenta-se o seguinte quadro com o cômputo geral de presenças e faltas às reuniões da Comissão durante a 1.ª Sessão Legislativa:

Comissão		Total de Presenças	Faltas Justificadas	Faltas Injustificadas	Trabalho Parlamentar	Total de Ausências	Total de reuniões
Comissão	PSD	859	52	7	39	96	82
	PS	592	37	11	21	67	
	CDS-PP	150	19	2	18	39	
	BE	71	3	3	4	10	
	PCP	97	10	0	0	10	
	Totais	1769	121	23	82	222	

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

4. Iniciativas legislativas

Durante a presente Sessão Legislativa, baixaram à Comissão de Segurança Social e Trabalho as iniciativas legislativas discriminadas no quadro infra (conforme Anexo 4):

- 11 Propostas de Lei (destas, uma caducou, outra foi retirada).
- 42 Projetos de Lei;
- 3 Apreciações Parlamentares;
- 37 Projetos de Resolução.

Iniciativas Legislativas na CSST							
	Autor	PJL	PPL	PJR		PPR	AP
				Comissão	Plenário		
Generalidade	Governo		3				
	PSD	0			5		
	PS	0			7		1
	CDS-PP	1			3		
	PCP	16		2	5		5
	BE	20		7	7		
	PEV	2			1		
	Grupo de Cidadãos Eleitores	1					
Especialidade	Autor	PJL	PPL	PJR		PPR	AP
				Comissão	Plenário		
	Governo		8				
	PSD/CDS	2					
	PS	0					
	CDS-PP	0					
	PCP	0					
	BE	0					
Grupo de Cidadãos Eleitores							

5. Iniciativas europeias

Foram distribuídas à Comissão **82** iniciativas europeias (65 não legislativas; 17 legislativas). Destas, foi deliberado não escrutinar **52**, estando **10** a aguardar deliberação da comissão. Das **20** restantes, **16** foram escrutinadas, estando **4** a aguardar relatório.

6. Outros pareceres/relatórios

A Comissão emitiu parecer, por solicitação da CAE, em relação aos relatórios sobre a participação de Portugal na União Europeia, relativos aos anos 2010 e 2011, nas áreas respeitantes à Comissão.

Foi ainda apreciada a Conta Geral do Estado de 2010, tendo a Comissão emitido um parecer sobre a mesma.

A Comissão emitiu igualmente parecer sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2012.

7. Petições

A Comissão concluiu, ao longo desta 1.^a Sessão Legislativa, cinco petições das **13** que deram entrada e foram admitidas (conforme Anexo 7).

Petições da CSST	Transitaram de Legislatura	Entraram durante a 1. ^a Sessão Legislativa	Concluídas	Pendentes
	0	13	5	8

8. Audições

A Comissão efetuou **42** audições, das quais **14** decorreram com a presença de membros do Governo e as restantes **28** com outras entidades (conforme Anexo 8):

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Audições na CCST	Membros do Governo			Outras entidades
	Ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República	No âmbito de Requerimentos dos Grupos Parlamentares	Outras situações	
	6	3	5	
	14			
Total de audições - 42				

No âmbito do Grupo de Trabalho de Economia Social realizaram-se **16 audições**, melhor discriminadas no *Anexo 8*:

Audições no GT - Economia Social
Total - 16

9. Audiências

Foram concedidas audiências às entidades que as solicitaram, num total de **32**. Estas audiências decorreram quer em comissão quer em grupo de trabalho constituído para o efeito. Foram elaborados relatórios das audiências realizadas e procedeu-se, sempre que possível, à respetiva gravação áudio, que se encontra disponível no processo de cada uma das audiências (conforme *Anexo 9*).

Audiências	CSST	GT - Audiências - 10ª CSST	GT - Antecipação da idade de reforma para trabalhadores com deficiência visual (PJL 66-XII-1- BE)
	8	22	2

10. Eventos

Procurando dar resposta a um desafio lançado pela Presidente da Assembleia da República na Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares, no sentido de reunir fora das "portas" do Parlamento, a reunião ordinária da Comissão de Segurança Social e Trabalho

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

do dia 5 de junho teve lugar no Centro de Emprego de Tondela, com início às 11H30 e contou com o apoio do Canal Parlamento.

A 11 de julho, a Comissão promoveu, em conjunto com o Escritório de Lisboa da Organização Internacional do Trabalho, na Sala do Senado, uma conferência sobre Princípios e direitos fundamentais no trabalho: do compromisso à ação, podendo a documentação pertinente, o respetivo programa e o ficheiro vídeo ser consultados no link respetivo.

A 19 de julho, a Comissão levou a cabo, no Salão Nobre da Assembleia da República, uma sessão comemorativa do Dia Internacional das Cooperativas, organizada em conjunto com a CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social), a CONFAGRI (Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL) e a CONFECOOP (Confederação Cooperativa Portuguesa).

11. Deslocações/ Representações

Durante a presente Sessão Legislativa deslocou-se a Vila Franca de Xira, à Empresa Solvay Portugal, S.A., para uma visita de trabalho, uma delegação da Comissão no dia 25 de outubro. Também na sequência da realização da reunião da Comissão do passado dia 5 de junho no centro de emprego de Tondela, a Comissão teve oportunidade de reunir com a Administração da Labesfal-Frezinus Kabi – Indústria Farmacêutica Lda., em Campo de Besteiros e de efetuar uma visita ao “Convívio Jovem” – Centro de Acolhimento de Crianças e Jovens em risco da Santa Casa da Misericórdia do Vale de Besteiros – Campo de Besteiros.

Realizaram-se ainda **sete** deslocações de diversos Deputados em representação da Comissão a reuniões nacionais e internacionais. Cumpre destacar a deslocação dos Deputados Sónia Fertuzinhos (PS) e Artur Rêgo (CDS-PP) a um seminário da OCDE, em Paris, a 10 de outubro de 2011, subordinado ao tema Adressing the social impact of the crisis. Também o Deputado Nuno Sá (PS) representou a Comissão numa reunião interparlamentar em Bruxelas, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2011, sobre Coesão Social e evolução demográfica numa Europa sustentável. A Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) deslocou-se a Bruxelas, a 8 de março, para participar numa Reunião interparlamentar da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, sobre Igualdade de remuneração por trabalho de igual valor.

O Senhor Presidente representou a Comissão na Reunião interparlamentar da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, da Comissão dos Orçamentos e da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, em Bruxelas, nos dias 27 e 28 de fevereiro, no Debate sobre o semestre europeu, na Conferência interparlamentar: "Re-launching the Single Market. A strategy for economic growth and employment in Europe", em Copenhaga, de 15 a 17 de abril e na Conferência de Alto Nível sobre Emprego – Bruxelas, 6 e 7 de setembro de 2012.

Por ocasião da 101.ª Conferência Internacional do Trabalho, deslocaram-se em representação da Comissão a Genève, de 10 a 12 de junho, os Deputados Clara Marques Mendes e Maria das Mercês Borges (PSD), Luísa Salgueiro (PS) e Artur Rêgo (CDS-PP).

12. Requerimentos dos GP

No decurso desta Sessão Legislativa, foram apresentados e submetidos à apreciação e deliberação da Comissão um total de 7 requerimentos para audição de Membros do Governo (1 - PSD-CDS-PP; 2 – PS; 2 – PCP e 2 - BE), dos quais 3 foram rejeitados, a seguir discriminados por grupo parlamentar:

- Requerimento, apresentado pelo BE, para audição do Senhor Ministro da Solidariedade e Segurança Social sobre integração de fundos de pensões dos bancários na segurança social, de 9 de dezembro, rejeitado a 20 de dezembro;
- Requerimento apresentado pelo PS para audição do Senhor Ministro da Solidariedade e Segurança Social sobre as afirmações do Governo relativas à sustentabilidade financeira da segurança social e à intenção de privatização da segurança social pública, de 20 de dezembro, rejeitado a 21 de dezembro;
- Requerimento apresentado pelo GP do PCP propondo a audição do Senhor Ministro da Solidariedade e da Segurança Social para dar explicações a respeito, designadamente, do agravamento das condições de vida das pessoas com deficiência e respetivas associações, de 19 de junho, rejeitado a 27 de junho.

CSST, 18 de setembro de 2012.

O Presidente da Comissão



José Manuel Canavarro

Anexo do ponto 4 do Relatório de Atividades relativo à 1ª Sessão Legislativa da XII Legislatura

Iniciativas Legislativas na CSST				
Número	Assunto	Autor	Relator	Estado
Projetos de Lei				
273	Altera o regime jurídico das amas de creche familiar permitindo a estas trabalhadoras a falso recibo verde o acesso a contratos de trabalho.	BE		Baixa comissão distribuição inicial generalidade
271	Impede que se perca o subsídio de desemprego por falta de resposta a SMS do centro de emprego.	BE		Baixa comissão distribuição inicial generalidade
254	Altera o regime jurídico de proteção no desemprego tornando os programas ocupacionais voluntários e remunerados.	BE		Votação na generalidade
244	Reforça a proteção social na maternidade, paternidade e adoção.	PCP	Nilza de Sena (PSD)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
221	Procede à terceira alteração ao Código do Trabalho aditando a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados do Trabalho como entidade beneficiária de 1% do montante das coimas aplicadas por violação das regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho.	PCP	Maria Conceição Pereira (PSD)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
217	Facilita o acesso ao subsídio de desemprego aos trabalhadores que tenham os seus salários em atraso.	BE		Votação na generalidade
216	Estabelece o acesso aos direitos educativos a nadadores salvadores.	BE	Idália Salvador Serrão (PS)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
211	Revê o regime laboral das amas	PCP	Idália Salvador Serrão (PS)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
205	Defende o conceito de justa causa, de valor constitucional, contra despedimentos abusivos	BE		Votação na generalidade
202	Proíbe a penalização das pensões de reforma em função do limite de idade para a profissão.	PCP	Inês Teotónio Pereira (CDS-PP)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
201	Estabelece o regime laboral e social dos investigadores científicos e do pessoal de apoio à investigação.	BE	Nilza de Sena (PSD)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
199	Procede à 2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2005, de 10 de fevereiro, sobre o Regime Jurídico de Acesso às Pensões de Invalidez e Velhice dos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio (ENU), S.A., e estabelece o direito a indemnização em caso de doença	PEV		Baixa comissão distribuição inicial generalidade
192	Cria a Ordem dos Fisioterapeutas	CDS-PP	Luísa Salgueiro (PS)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
180	Estatuto do Pessoal de Investigação Científica em Formação.	PCP	Nilza de Sena (PSD)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
179	Procede à alteração ao Código de Trabalho (Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14 de setembro e 53/2011, de 14 de outubro).	PEV		Votação na generalidade
176	Altera o complemento solidário para idosos a fim de garantir que é justo e acessível aos que necessitam de apoio	BE		Votação na generalidade
172	Elimina os mecanismos de aumento do horário de trabalho	PCP		Votação na generalidade

171	Altera o Decreto-Lei n.º 141/89, de 28 de abril, repondo a legalidade na relação de trabalho dos ajudantes familiares.	BE		Retirada da iniciativa
168	Revê o regime laboral dos ajudantes familiares.	PCP	Clara Marques Mendes (PSD)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
162	Combate o falso trabalho temporário e protege os trabalhadores temporários (terceira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)	BE		Votação na generalidade
161	Estabelece igual valor de propinas para o primeiro, segundo e terceiro ciclos de estudos superiores e estabelece critérios de isenção de pagamento de propinas.	BE		Votação na generalidade
152	Estabelece um regime transitório de isenção de propinas e de reforço do apoio aos estudantes do ensino superior.	PCP		Votação na generalidade
142	Lei contra a precariedade.	Grupo de Cidadãos Eleitores	Joana Barata Lopes (PSD)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
141	Altera o Código da Insolvência e Recuperação de Empresas e legislação conexas	BE		Votação na generalidade
125	Primeira Alteração à lei 57/2008, de 4 de Setembro, que cria a Ordem dos Psicólogos e Aprova o seu Estatuto	PSD ,CDS-PP		Envio para promulgação
124	Altera o mecanismo de prova de condição de recursos permitindo a atualização permanente dos rendimentos do agregado familiar.	PCP		Votação na generalidade
116	Altera o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio S.A., contemplando o direito a indemnizações por morte ou doença	PCP		Baixa comissão distribuição inicial generalidade
96	Altera o complemento solidário para idosos tornando mais justa a sua atribuição.	PCP		Votação na generalidade
78	Condiciona a atribuição de subsídios e apoios públicos nas artes do espetáculo e do audiovisual ao cumprimento das leis laborais combatendo a precariedade.	BE	Inês de Medeiros (PS)	Votação na generalidade
69	Institui o programa nacional de combate à precariedade laboral e ao trabalho ilegal.	PCP		Votação na generalidade
68	Lei de Bases da Economia Social.	PSD ,CDS-PP		Baixa comissão especialidade
66	Antecipação da idade de reforma e aposentação por velhice, sem penalização, para trabalhadores com deficiência visual	BE		Votação na generalidade
38	Altera o Decreto-Lei n.º 141/89, de 28 de Abril, repondo a legalidade na relação de trabalho dos ajudantes familiares.	BE	Clara Marques Mendes (PSD)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
33	Revoga o Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho alargando o acesso e repondo critérios mais justos na atribuição dos apoios sociais.	PCP		Votação na generalidade
28	Altera o Código Contributivo reforçando a proteção social dos pescadores.	PCP	Arménio Santos (PSD)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
24	Primeira alteração a Lei n.º 57/2008, de 4 de Setembro, que Cria a Ordem dos Psicólogos e aprova o seu Estatuto.	PCP		Votação na generalidade
15	Majora o subsídio de desemprego para os casais desempregados.	BE	Inês Teotónio Pereira (CDS-PP)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
14	Consagra o direito a uma indemnização emergente de doença profissional aos trabalhadores da empresa nacional de Urânio.	BE		Baixa comissão distribuição inicial generalidade
10	Alarga as condições de acesso e atribuição do abono de família.	PCP		Votação na generalidade

6	Estabelece um regime especial de Segurança Social e de reinserção profissional para os bailarinos da Companhia Nacional de Bailado.	BE	Inês de Medeiros (PS)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
3	Combater a precariedade e os falsos recibos verdes.	BE		Votação na generalidade
2	Regula os contratos a prazo para clarificar os seus critérios de admissibilidade.	BE		Votação na generalidade
XII/1 - Projetos de Resolução				
419	Recomenda ao Governo a criação de um programa de formação profissional de apoio ao emprego nos sectores da hotelaria, restauração e turismo na Região do Algarve.	PSD		Envio à Comissão para fixação da Redação final
418	Recomenda ao Governo que tome medidas de valorização da família que facilitem a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.	PSD		Envio à Comissão para fixação da Redação final
417	Medidas de Revitalização do Emprego.	PSD		Envio à Comissão para fixação da Redação final
397	Suspensão imediata do processo de privatização da rede de creches e infantários da Segurança Social.	PCP		Baixa comissão para discussão
391	Recomenda ao Governo a adoção de medidas com vista à criação de uma garantia para a juventude.	PS		Votação Deliberação
371	Recomenda ao Governo a alteração imediata das condições do subsídio de desemprego para aumentar o apoio social a quem não tem emprego.	BE		Votação Deliberação
370	Recomenda ao Governo que tome medidas urgentes para pôr fim às injustiças a que os trabalhadores a falso recibo verde estão sujeitos.	BE		Votação Deliberação
338	Recomenda ao governo que regulamente a profissão de Podologista.	BE		Baixa comissão para discussão
316	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 85-A/2012, de 5 de abril, que suspende o regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de reforma por antecipação, constante do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, salvaguardando a situação dos desempregados de longa duração".	PCP		Votação Deliberação
315	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 85-A/2012, de 5 de abril, que suspende o regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de reforma por antecipação, constante do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, salvaguardando a situação dos desempregados de longa duração".	PS		Votação Deliberação
312	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 85-A/2012, de 5 de abril, que suspende o regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de reforma por antecipação, constante do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, salvaguardando a situação dos desempregados de longa duração".	BE		Votação Deliberação
275	Recomenda ao Governo o aumento imediato do salário mínimo nacional.	BE		Baixa comissão para discussão
273	Recomenda ao Governo, no âmbito do Programa de Ação, 2012, do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Solidário entre Gerações, o desenvolvimento de medidas concretas.	CDS-PP		Resolução da AR (Publicação DR)
267	Recomenda ao Governo prossiga o caminho já começado de uniformização e fixação das datas de pagamento de prestações sociais e propicie que o pagamento inicial do subsídio de desemprego seja feito no prazo médio de 30 dias imediatamente a seguir à entrega do requerimento por parte do beneficiário.	PSD, CDS-PP		Resolução da AR (Publicação DR)
263	Pelo combate ao empobrecimento e à agudização da pobreza entre as mulheres.	PCP		Baixa comissão para discussão

254	Por um envelhecimento ativo.	PSD		Resolução da AR (Publicação DR)
248	Reclama uma maior fiscalização e ação em prol da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mundo do trabalho.	PEV		Votação Deliberação
244	Recomenda ao Governo a adoção de um acordo tripartido sobre a igualdade entre homens e mulheres no trabalho e no emprego.	PS		Votação Deliberação
243	Valorização do trabalho e dos salários combate às discriminações salariais, diretas e indiretas.	PCP		Votação Deliberação
241	Recomenda ao Governo que retifique o erro de enquadramento dos trabalhadores independentes nos escalões de contribuição.	BE		Baixa comissão para discussão
240	Recomenda ao Governo que o início das prestações de desemprego sejam atribuídas, no máximo, até um mês depois do requerimento do beneficiário.	BE		Votação Deliberação
217	Recomenda ao Governo a manutenção do apoio de 50% no passe 4_18 e passe sub-23.	PCP		Baixa comissão para discussão
214	Recomenda ao governo que adote um procedimento especial de combate à precariedade e aos falsos recibos verdes.	BE		Baixa comissão para discussão
212	Recomenda ao Governo regras de funcionamento dos serviços de ação social das instituições de ensino superior público e programas para a melhoria da sua oferta.	BE		Votação Deliberação
211	Recomenda ao Governo a revisão do regime de atribuição de apoios no âmbito da ação social escolar para o ensino superior.	PS		Votação Deliberação
198	Recomenda ao Governo que no âmbito do processo de recuperação de prestações sociais indevidamente pagas pela Segurança Social, adote medidas que tenham em consideração a situação económica e social dos beneficiários abrangidos.	PS		Votação Deliberação
184	Recomenda ao Governo a cessação imediata da cobrança de prestações sociais indevidamente pagas pelo Instituto da Segurança Social.	BE		Votação Deliberação
181	Recomenda ao Governo a suspensão imediata do processo de cobrança de montantes atribuídos a título de prestação social.	PCP		Votação Deliberação
176	Recomenda ao Governo a suspensão imediata nos cortes das pensões de cerca de 15 mil pensionistas.	BE		Votação Deliberação
160	Reconhece a necessidade de melhoria do programa de apoio alimentar aos carenciados e recomenda ao Governo o reforço do Apoio Alimentar à Primeira Infância.	PS		Votação Deliberação
141	Recomenda ao Governo que regule a atividade e o exercício da profissão de Optometria.	BE		Resolução da AR (Publicação DR)
128	Recomenda ao governo que legisle de modo a atribuir aos trabalhadores independentes que se encontrem no desemprego involuntário uma prestação social.	CDS-PP		Baixa comissão para discussão
114	Recomenda ao Governo a atualização de todas as pensões com valor inferior a 419.22 euros no ano de 2012.	BE		Votação Deliberação
65	Recomenda ao Governo que adote mecanismos internos que façam depender a concessão de apoios públicos as pessoas coletivas e singulares que promovam atividades no sector das artes do espetáculo e do audiovisual do recurso a uma percentagem mínima de contratos de trabalho	PS		Votação Deliberação
25	Recomenda ao Governo a imediata interrupção da execução das dívidas dos falsos trabalhadores independentes à Segurança Social.	BE		Votação Deliberação
19	Aumento do salário mínimo nacional.	PCP		Votação Deliberação
18	Recomenda ao Governo a implementação no distrito do Porto de um plano de combate à precariedade e promoção de emprego com direitos.	PCP		Votação Deliberação
XII/1 - Propostas de Lei				
87	Estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.	Governo		Baixa comissão generalidade

68	Procede à terceira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, por forma a adequá-la à Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, que estabelece o regime de escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade.	Governo		Lei (Publicação DR)
65	Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança do trabalho e de técnico de segurança do trabalho.	Governo		Lei (Publicação DR)
64	Procede à primeira alteração à Lei n.º 9/2009, de 4 de março, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e a Diretiva n.º 2006/100/CE, do Conselho, de 20 de novembro de 2006, que adapta determinadas diretivas no domínio da livre circulação de pessoas.	Governo		Lei (Publicação DR)
46	Procede à terceira revisão do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.	Governo		Lei (Publicação DR)
36	Estabelece o aumento excecional e temporário dos períodos normais de trabalho.	Governo	Jorge Machado (PCP)	Retirada da iniciativa
31	Aprova as Grandes Opções do Plano para 2012 – 2015.	Governo		Lei (Publicação DR)
27	Aprova o Orçamento do Estado para 2012.	Governo		Lei (Publicação DR)
25	Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação.	Governo		Lei (Publicação DR)
9	Cria o Complemento de Pensão.	Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira		Iniciativa Caducada
2	Procede à segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em Anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, estabelecendo um novo sistema de compensação em diversas modalidades de cessação ao contrato de trabalho, aplicável apenas aos novos contratos de trabalho.	Governo		Lei (Publicação DR)

Anexo do ponto 7 do Relatório de Atividades relativo à 1ª Sessão Legislativa da XII Legislatura

Petição	Peticionário	Data	Assunto	Relator	Situação
145/XII/1	Mónica Lousã Machado Nunes (1 assinaturas)	2012-06-20	Solicita que seja incluído na tipologia das faltas justificadas constantes do Código do Trabalho, a realização de métodos de seleção em processos de recrutamento.	NUNO SÁ (PS) 2012-07-10	Em apreciação
144/XII/1	Mónica Lousã Machado Nunes (1 assinaturas)	2012-06-20	Solicita a alteração da Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro, de forma a ampliar o âmbito do Programa de Estágios Profissionais.	TERESA COSTA SANTOS (PSD) 2012-07-10	Em apreciação
140/XII/1	Luís Miguel Monteiro Barros (1 assinaturas)	2012-06-07	Solicita a alteração da Lei 3/2012, de 10 de janeiro de forma a ampliar o seu âmbito de aplicação ao Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP).	MARIA DAS MERCÊS BORGES (PSD) 2012-07-04	Em apreciação
132/XII/1	Tiago Rafael Bessa Landreiras (5040 assinaturas)	2012-05-15	Pretendem que seja criada uma Comissão Nacional de proteção à terceira idade e seja lançada uma campanha de sensibilização no sentido de alertar para o abandono e maus tratos de que muitos idosos são vítimas.	IDÁLIA SALVADOR SERRÃO (PS) 2012-06-08	Em apreciação
96/XII/1	Sociedade Histórica da Independência de Portugal (1528 assinaturas)	2012-01-10	Para a manutenção do feriado oficial do 1.º de dezembro	JOÃO FIGUEIREDO (PSD) 2012-02-29	Concluída
88/XII/1	Luís Filipe Monteiro (1 assinaturas)	2012-01-26	Pretende que seja retirado o carácter de utilidade pública e eliminada a obrigatoriedade de inscrição na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC).	ARTUR RÊGO (CDS-PP) 2012-02-29	Em apreciação
87/XII/1	Ana Catarina Silva Vieira (36 assinaturas)	2012-01-19	Solicitam a regulamentação da profissão dos diplomados com os cursos de Gerontologia Social e a criação do Estatuto do Idoso.	LUÍSA SALGUEIRO (PS) 2012-02-08	Em apreciação
47/XII/1	José Miguel da Silva Araújo (1 assinaturas)	2011-10-26	Pede à Assembleia da República que extinga o Rendimento Social de Inserção.	MARIA DAS MERCÊS BORGES (PSD) 2011-11-15	Concluída
46/XII/1	Pedro Miguel Henriques Azevedo (1716 assinaturas)	2011-10-26	Pretendem que a Assembleia da República promova um debate urgente sobre recibos "verdes" que vise alterações legislativas a este tipo precário de vínculo laboral.	JOANA BARATA LOPES (PSD) 2011-11-21	Em apreciação
37/XII/1	Teófilo Gomes Soares (1 assinaturas)	2011-09-14	Solicita a alteração ao n.º 2 do artigo 80.º do Estatuto da Aposentação.	NUNO SÁ (PS) 2011-09-27	Concluída
32/XII/1	João Miguel Fernandes Rebelo (1 assinaturas)	2011-09-01	Pretende que o Código de Trabalho seja alterado e coloque trabalhadores do sector privado versus funcionários públicos, em pé de igualdade, no que diz respeito a benefícios/oportunidades.	CLARA MARQUES MENDES (PSD) 2011-09-21	Concluída
22/XII/1	João Miguel Fernandes Rebelo (1 assinaturas)	2011-08-25	Pretende alteração à atual legislação que visa compensar despesas de funeral.	MÁRIO RUIVO (PS) 2011-09-21	Em apreciação
15/XII/1	Luís Filipe Pulido Garcia Correia da Fonseca (1 assinaturas)	2011-07-26	Pretende que seja alterada a Base de Dados do IEFP/Segurança Social.	TERESA COSTA SANTOS (PSD) 2011-08-04	Concluída

Anexo do ponto 8 do Relatório de Atividades relativo à 1ª Sessão Legislativa da XII Legislatura

Audições na CSST			
Número	Data	Entidade	Assunto
1	2011-08-23	Confederação Empresarial de Portugal (CIP) - Dr. Gregório Rocha Novo (Diretor-geral Adjunto); Dr. Nuno Biscaya (Departamento de Assuntos Jurídicos)	No âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 2/XII (GOV) - Proceder à segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em Anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, estabelecendo um novo sistema de compensação em diversas modalidades de cessação ao contrato de trabalho, aplicável apenas aos novos contratos de trabalho.
2	2011-08-24	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) - Engenheiro João Vieira Lopes (Presidente); Doutor Carlos Moura (Vice-Presidente); Doutor Nuno Camila (Vice-Presidente); Doutora Margarida Carvalho (Vogal)	No âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 2/XII (GOV) - Proceder à segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em Anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, estabelecendo um novo sistema de compensação em diversas modalidades de cessação ao contrato de trabalho, aplicável apenas aos novos contratos de trabalho.
3	2011-08-24	Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) - Doutor João Machado (Presidente); Engenheiro Luis Mira (Secretário-Geral); Doutora Cristina Morais (Chefe de Gabinete)	No âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 2/XII (GOV) - Proceder à segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em Anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, estabelecendo um novo sistema de compensação em diversas modalidades de cessação ao contrato de trabalho, aplicável apenas aos novos contratos de trabalho.
4	2011-08-24	Confederação do Turismo Português (CTP) - Doutor Nuno Bernardo (Vogal da Comissão Executiva)	No âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 2/XII (GOV) - Proceder à segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em Anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, estabelecendo um novo sistema de compensação em diversas modalidades de cessação ao contrato de trabalho, aplicável apenas aos novos contratos de trabalho.
5	2011-09-14	MIN. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL; S.E. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL	Audição do Senhor Ministro da Solidariedade e da Segurança Social ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.
6	2011-10-07	Conselho Económico e Social	Audição do Dr. José Albino da Silva Peneda, candidato a Presidente do Conselho Económico e Social, ao abrigo do artigo 231.º do Regimento da Assembleia da República.
7	2011-10-25	MIN. DA ECONOMIA E DO EMPREGO; S.E. DO EMPREGO	Audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.
8	2011-10-26	MIN. DE ESTADO E DAS FINANÇAS; S.E. DO ORÇAMENTO; S.E. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; S.E. DOS ASSUNTOS FISCAIS	No âmbito da apreciação na generalidade das Propostas de Lei nºs 26/XII/1ª (GOV) e 27/XII/1ª (GOV).
9	2011-10-28	MIN. DA ECONOMIA E DO EMPREGO; MIN. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL; S.E. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL	No âmbito da apreciação na generalidade das Propostas de Lei nºs 26/XII/1ª (GOV) e 27/XII/1ª (GOV).
10	2011-11-14	MIN. DA ECONOMIA E DO EMPREGO; S.E. DO EMPREGO	No âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 27/XI - "Aprova o Orçamento do Estado para 2012".
11 (*)	2011-11-15	MIN. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL; S.E. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL; CES - Conselho Económico e Social	No âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 27/XI - "Aprova o Orçamento do Estado para 2012".
12	2011-11-21	CES - Conselho Económico e Social	Apreciação na especialidade das Propostas de Lei nº 27/XII - "Aprova o Orçamento do Estado para 2012" e 31/XII - "Aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015".
13	2011-12-06	União Geral de Trabalhadores (UGT) -	No âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 25/XII

		Doutor João de Deus (Presidente); Engenheiro João Proença (Secretário-Geral); Doutor Carlos Alves (Gabinete Jurídico)	(GOV) - Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação.
14	2011-12-06	CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional	No âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 25/XII (GOV) - Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação.
15	2011-12-06	Confederação Empresarial de Portugal (CIP) - Dr. Gregório Rocha Novo (Diretor-geral Adjunto); Dr. Nuno Biscaya (Departamento de Assuntos Jurídicos)	No âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 25/XII (GOV) - Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação.
16	2011-12-06	CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal	No âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 25/XII (GOV) - Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação.
17	2012-01-06	Dr. Carlos da Silva Costa (Governador do Banco de Portugal)	Audição do Senhor Governador do Banco de Portugal, no âmbito da transferência dos fundos de pensões dos trabalhadores bancários para a segurança social (conjunta com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública).
18	2012-01-10	MIN. DE ESTADO E DAS FINANÇAS; MIN. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL; S.E. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Audição dos Senhores Ministros de Estado e das Finanças e da Solidariedade e da Segurança Social no âmbito do requerimento apresentado pelo PCP relativo à transferência dos fundos de pensões dos trabalhadores bancários para a segurança social (conjunta com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública).
19	2012-01-11	Dr. Fernando Nogueira - Presidente do Instituto de Seguros de Portugal	Audições conjuntas com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública no âmbito do requerimento apresentado pelo PCP relativo à transferência dos fundos de pensões dos trabalhadores bancários para a segurança social.
20	2012-01-11	FEBASE - Federação do Setor Financeiro	Audições conjuntas com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública no âmbito do requerimento apresentado pelo PCP relativo à transferência dos fundos de pensões dos trabalhadores bancários para a segurança social.
21	2012-01-18	Associação de Bancos de Portugal (APB)	Audição do Presidente da Associação de Bancos de Portugal (APB), conjunta com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, no âmbito do requerimento apresentado pelo PCP relativo à transferência dos fundos de pensões dos trabalhadores bancários para a segurança social.
22	2012-02-07	Peticionários da Petição n.º 46/XII/1ª - Pedro Miguel Henriques Azevedo	Audição no âmbito da Petição n.º 46/XII/1ª.
23 (+)	2012-02-15	S.E. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL; MIN. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL	Audição do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, no âmbito dos requerimentos apresentados pelo BE e do PCP e ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República
24	2012-04-03	União Geral de Trabalhadores (UGT): Eng.º João Proença - Secretário-Geral; Dr. João de Deus - Presidente e Dr. Carlos Alves - Secretário Executivo.	Audição no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 46/XII (GOV) - "Procede à terceira revisão do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro."
25	2012-04-03	Confederação Empresarial de Portugal (CIP): Sr. António Saraiva - Presidente da CIP e Dr. Gregório Rocha Novo - Diretor Geral Adjunto.	Audição no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 46/XII (GOV) - "Procede à terceira revisão do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro."

26	2012-04-04	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN); Sr. Arménio Carlos; Sr. Américo Monteiro da Comissão Executiva; Sr. Armando Farias da Comissão Executiva; Sr. Fernando Gomes da Comissão Executiva e Sr. Joaquim Dionísio	Audição no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 46/XII (GOV) - "Procede à terceira revisão do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro."
27	2012-04-04	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP): Eng.º João Vieira Lopes-Presidente da Direção; Dr.ª Ana Vieira-Secretária-Geral e Dr. Alberto Sá Mello-Consultor Jurídico	Audição no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 46/XII (GOV) - "Procede à terceira revisão do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro."
28	2012-04-26	Peticionários da Petição n.º 96/XII/1ª - Sociedade Histórica da Independência de Portugal	Audição no âmbito da Petição n.º 96/XII/1ª.
29	2012-05-02	MIN. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL	Audição do Senhor Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, no âmbito do requerimento apresentado pelo PS.
30	2012-06-12	MIN. ADJUNTO E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES	Audição do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares para, no âmbito de um requerimento apresentado pelos GP do PSD e do CDS-PP, dar explicações sobre o programa de combate ao desemprego jovem e os termos em que vai ser concretizado.
31	2012-06-12	MIN. DA ECONOMIA E DO EMPREGO	Audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do RAR.
32	2012-06-19	CIP - Confederação Empresarial de Portugal: Dr. Gregório Rocha Novo - Diretor-geral Adjunto e Dr. Nuno Biscaya - Jurista	Audição no âmbito da Apreciação Parlamentar n.º 9/XII (PCP) - do Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15 de março, que "Procede à alteração do regime jurídico de proteção no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, beneficiários do regime geral de segurança social, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro."
33	2012-06-20	Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN): Sr. Arménio Carlos - Presidente; Sr. Fernando Jorge Fernandes - Comissão Executiva e Sr. José Augusto Oliveira - Comissão Executiva.	Audição no âmbito da Apreciação Parlamentar n.º 9/XII (PCP) - do Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15 de março, que "Procede à alteração do regime jurídico de proteção no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, beneficiários do regime geral de segurança social, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro."
34	2012-06-20	UGT - União Geral de Trabalhadores: Eng.º João Proença - Secretário-Geral da UGT; Dr. João de Deus - Presidente da UGT e Dr.ª. Aida Moraes - Jurista	Audição no âmbito da Apreciação Parlamentar n.º 9/XII (PCP) - do Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15 de março, que "Procede à alteração do regime jurídico de proteção no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, beneficiários do regime geral de segurança social, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro."
35	2012-06-20	CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal: Eng.º João Vieira Lopes - Presidente e Dr.ª. Ana Vieira - Secretária-Geral.	Audição no âmbito da Apreciação Parlamentar n.º 9/XII (PCP) - Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15 de Março, que "procede à alteração do regime jurídico de proteção no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, beneficiários do regime geral de segurança social, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro".
36	2012-07-17	MIN. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL; S.E. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL	Audição do Senhor Ministro da Solidariedade e da Segurança Social ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.
37	2012-07-17	MIN. DA ECONOMIA E DO EMPREGO	Audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.
38	2012-07-18	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN): Fernando Gomes - Membro da Comissão	Audição no âmbito da Proposta de Lei n.º 65/XII (GOV) - Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança do trabalho e de técnico

		Executiva; Hugo Dionísio - Técnico Superior	de segurança do trabalho.
39	2012-07-18	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CPP): Marcelino Pena Costa - Vice-Presidente; Dr ^a . Ana Vieira - Secretária-Geral	Audição no âmbito da Proposta de Lei n.º 65/XII (GOV) - Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança do trabalho e de técnico de segurança do trabalho.
40	2012-07-18	CIP - Confederação Empresarial de Portugal	Audição no âmbito da Proposta de Lei n.º 65/XII (GOV) - Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança do trabalho e de técnico de segurança do trabalho.
41	2012-07-18	UGT - União Geral dos Trabalhadores	Audição no âmbito da Proposta de Lei n.º 65/XII (GOV) - Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança do trabalho e de técnico de segurança do trabalho.

11 (*) - Efetuada audição a um membro do Governo e a uma entidade, no mesmo dia.

23 (+) - Efetuada a audição a um membro do Governo no âmbito de requerimentos apresentados e ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República, no mesmo dia.

Audições no GT - Economia Social

Número	Data	Entidade	Assunto
1	2012-02-22	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD/CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social"	Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas
2	2012-02-22	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD/CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social"	Presidente do Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas - Dr. Manuel de Lemos
3	2012-02-28	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD/CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social"	Presidente da Direção da Cáritas Portuguesa - Dr. Acácio Catarino
4	2012-02-28	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD/CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social"	Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - Dr. João Carlos Dias
5	2012-03-06	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD/CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social"	Confederação Cooperativa Portuguesa - CCRL: Dr. José Manuel Jerónimo Teixeira - Presidente e Dr ^a . Patrícia Tavares - Jurista e FENACOOP - Federação Nacional das Cooperativas de Consumidores: Sr. José Luís Cabrita
6	2012-03-07	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD/CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social"	CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL
7	2012-03-20	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD/CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social"	Presidente da Direção Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa: Presidente - Dr. Luís Barbosa
8	2012-03-20	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD/CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social"	Ex-Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas - Dr. Alberto José dos Santos Ramalheira e Ex-Vice-Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas - Dr. Pedro Bleck da Silva
9	2012-03-20	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD/CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social"	ANIMAR: Dr. Manuel Canaveira de Campos e Eng ^a . Maria do Carmo Bica

10	2012-03-21	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD/CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social"	Padre Vítor Melícias
11	2012-03-21	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD/CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social"	Padre José Maia
12	2012-04-18	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD/CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social"	CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional
13	2012-04-18	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD/CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social"	UGT - União Geral dos Trabalhadores
14	2012-04-19	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD/CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social"	Vice-Presidente do CIRIEC - Professor Doutor Jorge Sá e Dr.ª Deolinda Meira
15	2012-05-29	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD/CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social"	Professora Doutora Maria Manuela Silva
16	2012-05-30	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD/CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social"	Professor Doutor Rui Namorado

Anexo do ponto 9 do Relatório de Atividades relativo à 1ª Sessão Legislativa da XII Legislatura

Audiências na CSST			
Número	Data	Entidade	Assunto
1	2011-07-15	Ordem dos Psicólogos	Pedido de audiência com o Senhor Presidente da Comissão.
2	2011-07-28	UGT - União de Trabalhadores	No âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 2/XII/1.ª (GOV).
3	2011-08-02	CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical	No âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 2/XII/1.ª (GOV).
4	2011-09-22	MPRCA - Movimento Para a Reforma de Cegos e Amblíopes	Para poderem contribuir para um maior aperfeiçoamento e total esclarecimento de todas as matérias constantes do Projeto de Lei n.º 66/XII/1ª (BE).
5	2011-09-15	Comissão dos Assuntos Sociais, do Género e Ambientais de Moçambique	Visita da Comissão dos Assuntos Sociais, do Género e Ambientais de Moçambique.
6	31.10.2011	Embaixada Britânica	Apresentação da Senhora Embaixadora Britânica ao Senhor Presidente da Comissão.
7	2012-03-13	Associação Portuguesa de Deficientes	Solicitam a audiência para apresentar as suas propostas relativas à PPL n.º46/XII/1ª (GOV).
8	2012-07-02	APTPS - Associação Portuguesa de Técnicos de Prevenção e Segurança	Para poderem apresentar as suas posições e motivos no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 65/XII/1ª (GOV).

Audiências no GT – Audiências - 10ª CSST			
Número	Data	Entidade	Assunto
1	2011-07-26	Novos Paradigmas – Associação de Reflexão Social e Política	Apresentar e debater soluções que permitam inverter a estagnação económica, o desemprego crescente e a desertificação do interior.
2	2011-07-26	CNOP - Conselho Nacional das Ordens Profissionais	Análise do Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica por parte do Conselho Nacional das Ordens Profissionais.
3	2011-08-10	FENSE - Sindicatos dos Enfermeiros e Sindicato Independente dos Profissionais de Enfermagem	Para apresentação das suas preocupações e sobre o sentimento discriminatório aos seus colegas.
4	2011-08-29	APSS - Associação dos Profissionais de	No âmbito do processo de criação da Ordem dos Assistentes

		Serviço Social	Sociais.
5	2011-09-09	Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e Outros Serviços de Angra do Heroísmo	Para explicar as razões da proposta para que a Assembleia da República revogue as Resoluções n.º 53/2010 e 54/2010.
6	2011-09-12	APF - Associação Portuguesa de Fisioterapeutas	Pedido de reabertura do processo para a criação da Ordem Profissional dos Fisioterapeutas.
7	2011-09-13	STICCCMMSRC - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos, Construção, Madeiras, Mármore e Similares da Região Centro	Encerramento da empresa BONVIDA - Porcelanas, S. A.
8	2011-10-07	Sindetelco - Sindicato Democrático dos Trabalhadores das Comunicações e dos Media	Para analisar a entrada dos novos operadores postais no mercado português decorrentes da anunciada liberalização postal e as consequências deste facto para o mercado de trabalho no sector postal em Portugal.
9	13.10.2011	Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga	Pedido de audiência para apresentação da instituição.
10	20.10.2011	Sindicato dos Músicos / Comissão de Trabalhadores da Orquestra Sinfónica Portuguesa / Comissão de Trabalhadores da Companhia Nacional de Bailado	Pedido de audiência motivado pelo anúncio de cortes drásticos previstos para os Teatros e restantes sectores ligados à cultura.
11	16.11.2011	Ordem dos Engenheiros Técnicos	Solicita uma audiência para a apresentação de cumprimentos e expor a situação atual dos Engenheiros Técnicos
12	10.11.2011	Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões Gescartão	Pedido de audiência "Conflito laboral na Portucel Viana".
13	02.12.2011	Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas	Pedido de audiência para apresentação da proposta de criação da Ordem dos Arquitectos Paisagistas.
14	10.01.2012	SMAQ - Sindicato Nacional dos Maquinistas dos Caminhos de Ferro	Pedido de audiência sobre o conflito laboral entre o SMAQ/CP EPE e a CP Carga S.A.
15	16.01.2012	FECTRANS - Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações	Pedido de audiência para poderem expor os seus argumentos relativamente ao Parecer do Senhor Provedor de Justiça sobre o Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de Maio.
16	19.01.2012	União dos Sindicatos de Santarém (CGTP-IN)	Pedido de audiência para que possam expor sobre o anunciado encerramento de duas grandes unidades empregadoras do Distrito de Santarém.
17	2012-01-10	CateringPor - Catering de Portugal	Para que possam expor sobre as relações de igualdade entre os trabalhadores da CateringPor - Catering de Portugal e os trabalhadores da TAP - Air Portugal.
18	2012-02-09	Associação Portuguesa de Podologia (A.P.P.)	Pedido de audiência a solicitar regulamentação legal da atividade para a classe da Podologia.
19	2012-04-13	APC - Associação Portuguesa de Criminologia	Pedido de audiência para defenderem os interesses profissionais dos licenciados em Criminologia.
20	2012-04-19	Associação Portuguesa de Designers	Pedido de audiência apresentada pela Associação Portuguesa de Designers, tendo como fim um esclarecimento o mais pragmático possível à Assembleia da República, da atividade desta Associação.
21	2012-05-17	Fórum Tecnologias da Saúde (FTS)	Pedido de audiência para formalizar o pedido de criação da Ordem Profissional do Fórum Tecnologias da Saúde.
22	2012-09-11	Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas	Pedido de audiência sobre o processo negocial para revisão do DL n.º 444/99.de 3.11, que aprovou o Estatuto do Pessoal dos Serviços Externos do MNE.

Audiências no GT - Antecipação da idade de reforma para trabalhadores com deficiência visual (PJI 66-XII-1-BE)

Número	Data	Entidade	Assunto
1	2011-12-13	Novos Paradigmas – Associação de Reflexão Social e Política	Pedido de Audiência para a discussão em Comissão do Projeto de Lei n.º 66/XII/1ª (BE).
2	2011-12-13	CNOP - Conselho Nacional das Ordens Profissionais	Para poderem contribuir para um maior aperfeiçoamento e total esclarecimento de todas as matérias constantes do Projeto de Lei n.º 66/XII/1ª (BE)